

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O URBANO E O REGIONAL NOS CAMPOS DAS DELÍCIAS

Fania Fridman (IPPUR-UFRJ)

O Urbano e o Regional nos *Campos das Delícias*

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar o projeto de povoamento implementado em Campos dos Goytacazes, área localizada ao norte do atual estado do Rio de Janeiro. De concepção regional, tal plano colonizador, iniciado nos primeiros tempos da dominação portuguesa e assimilado no decorrer do século XIX pelas elites brasileiras, só pôde consolidar-se vinculado à concessão de sesmarias e à formação de uma rede urbana através da fundação de aldeamentos, freguesias, vilas, cidades, núcleos coloniais e comarcas. O trabalho enfatiza o elo entre a questão urbana e os projetos de intervenção quando os campos tornaram-se importantes centros regionais. Em um período de definição das estratégias dos agentes laicos que surgiram na cena econômica, social e espacial, nossa área de estudo manifestava uma dinâmica própria decorrente da ação política daqueles grupos que constituíam importante força de apoio ao Império cuja política territorial coadunava-se com o processo de privatização do solo e as estratégias aliadas à urbanização, à centralização do Estado e ao desenvolvimento do capitalismo.

Antecedentes

Este estudo¹ tem por objetivo recuperar o projeto de povoamento implementado em Campos dos Goytacazes. De concepção regional, tal plano colonizador, iniciado nos primeiros tempos da dominação portuguesa e assimilado no decorrer dos oitocentos pela nascente nação brasileira, só pôde consolidar-se vinculado à concessão de sesmarias e à formação de uma rede urbana através da fundação de aldeamentos, freguesias, vilas, cidades, núcleos coloniais e comarcas. Com sua análise, pretendemos contribuir para a história da urbanização fluminense.

A área em estudo, localizada ao norte do atual estado do Rio de Janeiro, era ocupada no século XVI pelos índios goitacá e recebeu, posteriormente, os puri, coroado e coropó. Em 1536 as terras passaram a fazer parte da capitania de São Thomé, cedida a Pero de Góes da Silveira, com 30 léguas limitando-se ao norte com a capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, e ao sul com a de São Vicente, de Martim Afonso de Souza.

Após a concessão, Pero de Góes da Silveira instalou-se na enseada do Retiro, na barra do rio Managé, onde ergueu uma capela dedicada a Santa Catarina, e fundou um engenho d'água. No entanto, os goitacá² os destruíram ocasionando a fuga dos colonos. Góes, investido no posto de Capitão-mor da Costa, construiu casas e duas engenhocas a 10 léguas acima do mar, mas de nada valeu este esforço pois um novo levante queimou a povoação, engenhos e canaviais. Posteriormente seu filho, Gil de Góes, retomou a capitania abandonada e fundou uma povoação no Baixio dos Pargos à margem do rio Itapemirim. Mais uma vez os nativos atacaram, motivo pelo qual em 1619 a capitania, agora denominada Parahyba do Sul, foi repassada para o domínio da coroa em troca de uma recompensa de 200\$000 réis.

Neste ano os jesuítas ali chegaram para catequizar os nativos e receberam do governador Martim Corrêa de Sá os campos entre os rios Macahé e Leripec (ou das Ostras) e pelo sertão até o pé da serra onde constituíram fazendas. Posteriormente receberam de Tomás de Carvalho meia légua ao norte do rio Macahé. O reitor do Colégio dos jesuítas solicitou em 1682 as terras "que correm do rio Maquié até a Parahyba, que estiverem por dar, com todos os mattos e mais commodidades que na dita demarcação e para o sertão até o pé da serra (...) todos os campos que estão entre Maquié por costa para a banda do sul até Ipebussú com o rio Leripec, que estiverem por dar, e esta com os mais acima declarados (...)" (apud Silva, 1854:449). Em meados do século XVIII a Fazenda do Colégio era a principal fonte de receita da Ordem.³

Face à ordem régia segundo a qual as donatarias abandonadas seriam concedidas em sesmarias, sete capitães que haviam lutado contra os franceses e os tamoio no Rio de Janeiro

reclamaram seu prêmio em 1627 e as terras desde o norte do rio de Macahé até o de Iguaçu (atual Açú) foram distribuídas para Miguel Ayres de Maldonado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho, Miguel da Silva Riscado e os irmãos Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa e Duarte Corrêa, que as arrendaram para a criação de gado e a cultura da cana de açúcar. No entanto em 1648 o general governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, com o apoio dos jesuítas, beneditinos e carmelitas, se apossou daqueles chãos obrigando os capitães a assinar uma "escritura de composição" com uma nova divisão em 12 quinhões - destes, 3 foram reservados para si; 4,5 para os herdeiros dos capitães Miguel Aires Maldonado e Antônio Pinto; 3 para os jesuítas; 1 para o capitão Pedro de Souza Pereira e 0,5 para os padres beneditinos. Em 1652 o governador depois de instituir um morgado em suas terras, ergueu um engenho (o primeiro da região), estabeleceu pequenas lavouras, currais com milhares de cabeças e ergueu uma capela, dedicada a São Salvador, elevada à freguesia em 1674.

Os bentos, que já haviam recebido licença para levantar currais e plantar em suas terras, ganharam metade do quinhão de Antônio Pinto em 1646, duas léguas em quadra do tabelião Antônio de Andrade, o sítio do padre Jacinto da Trindade em 1683 e tomaram posse das fazendas de Pero de Souza Pereira às quais seguiram-se mais 6 doações e 26 compras de terras.⁴ Os Campos dos Goytacazes constituíam-se no segundo pilar da economia do Mosteiro de meados do século XVII até a metade dos setecentos.

Em 1674, sob protestos dos herdeiros dos sete capitães, a coroa anula a composição e doa a capitania a Martim Corrêa de Sá, o visconde de Asseca, e a João Corrêa de Sá, respectivamente neto e filho de Salvador Correia de Sá e Benevides. Ao primeiro coube 20 léguas (do Baixio dos Pargos até o rio das Ostras em Macahé) e ao segundo, 10 léguas com a obrigação de edificarem duas vilas - uma no porto para segurança das embarcações e outra no sertão para reprimir os gentios. Em 29 de maio e 8 de junho 1677 foram fundadas as vilas de São Salvador (a freguesia já possuía 150 moradores; até aquele momento a povoação estava submetida à Câmara de Cabo Frio, quando então fixou-se Carapebus como o marco divisor dos termos)⁵ e a de São João da Praia da Parahyba do Sul (depois São João da Barra) governadas por um capitão, Francisco Gomes Ribeiro, procurador do visconde de Asseca. No entanto a história desses arraiais já era longa. Desde 1652 a população lutava contra a resistência dos proprietários de terra e do próprio governador pela criação das vilas (São Salvador já havia sido organizada por iniciativa popular). "Foi quando os loyolistas, inclusive o padre Luiz Correia, feitor dos Asseca, e mais frei Bernardo de Monserrate à frente de uma malta de escravos, destruíram a povoação, derrubando as casas a golpes de machado,

afugentando os moradores para Macaé e mandando oito a ferros para a prisão no Rio." (Rodrigues, 1988 pg. 29). Naquele momento o Conselho Ultramarino teria alegado inconveniência daquela demanda popular e o capitão André Martins de Palma, representante dos vizinhos, foi assassinado (Lamego, 1913). Para melhor entender esta demanda, recordemos que até o final do século XVIII, as vilas (ou conselhos) eram governadas por uma Câmara municipal, autônoma, que era a unidade básica da organização político-administrativa do território. Cada vila subdividia-se em uma ou mais freguesias, áreas de jurisdição dos párocos que assumiam funções de célula administrativa, militar e fiscal. Acima das vilas estavam as circunscrições da coroa - comarcas, provedorias e distritos dos tribunais centrais.

Em 1709 o terceiro visconde de Asseca (Diogo Corrêa de Sá) vendeu a capitania por 10 mil cruzados ao prior Duarte Teixeira Chaves que expulsou os rendeiros e demitiu o capitão-mor Diogo Fernandes Castanheira nomeando Domingos Alvares Pessanha. Alguns anos depois foi incorporada à coroa, no entanto em março 1727 o visconde conseguiu uma nova carta de doação (com 20 léguas de costa e 10 para o sertão) em troca do repasse do quinto do pau-brasil para o soberano. Nestas primeiras décadas do século XVIII concessões foram distribuídas na região partindo do litoral para o interior seguindo o curso dos córregos e dos rios Paraíba, Macabu, Ururaí, Imbé, Muriahé, entre outros, com a cláusula de ficar reservada meia légua em quadra à margem das águas.⁶

Na seca de 1725/7 vários engenhos e fazendas são penhorados, muitos dos quais vendidos para a Ordem de São Bento, e os antigos proprietários se deslocam para o recôncavo do Rio de Janeiro ou para as minas. Apesar da intimação do governador do Rio de Janeiro, Vahia Monteiro, para Martim Corrêa de Sá deixar a capitania face à acusação de que este exigia o pagamento de 7.000 réis por engenho de açúcar e contribuições sobre o algodão e demais produtos recolhidos pelo procurador do Colégio Jesuíta, ele permaneceu como capitão-mor. O conflito se ampliou a ponto dos caminhos para Campos serem tomados militarmente por aliados dos Asseca. Mesmo com o sequestro da capitania por uma ordem real de 1733, o visconde toma a vila de Campos e obtém a permissão de receber a redízima dos direitos reais, os dízimos do pescado, o imposto sobre o açúcar e a aguardente e instalar um posto fiscal em Macahé. Em 1746 é confirmada a posse da capitania para Martim Corrêa de Sá (4º visconde de Asseca).

Explode um levante em 1748. A Câmara de São Salvador expulsou o capitão e o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, envia soldados fortemente armados. Há relatos de lutas intensas, com mortes de ambos os lados, de prisões e de sequestro dos bens das lideranças do movimento. O conflito se encerrou com uma carta régia de agosto de 1752

determinando a compra da capitania por 20 mil cruzados a serem rateados entre os campistas, a jurisdição real das vilas de São Salvador e São João da Barra, o leilão dos direitos de passagem dos rios Parahyba e Macahé e o título de visconde com honras de conde ao visconde de Asseca.

O poder econômico da região se expressava àquela época pela exportação anual de 15.600 cabeças de gado vacum, 3.000 cavalos, 85 mil alqueires de farinha e de milhares de caixas de açúcar. Esta situação explica porque em 1776 privilégios foram concedidos aos senhores de engenho e lavradores de cana dos Campos dos Goytacazes, cujas fazendas não poderiam ser penhoradas ou arrematadas, apenas seus rendimentos. Tal concessão ocasionou a interrupção do crédito por alguns negociantes do Rio de Janeiro (Lara, 1988). Comparativamente ao total dos distritos fluminenses, Campos detinha metade dos escravos (cujo número era superior ao dos homens livres) e da produção de açúcar e de aguardente em decorrência da utilização de novas terras e do surgimento de novas unidades.⁷ A tabela 1 a seguir demonstra tal pujança.

Tabela 1 - Número de propriedades, arrendamentos, engenhos e engenhocas, de moradores livres e escravos por freguesias da vila de Campos dos Goytacazes (período 1785/1799)

Freguesias	Propriedades rurais*	Arrendamentos*	Engenhos e engenhocas*	Escravos**	População livre**
São Salvador	218	485	129	6.072	4.407
São Gonçalo	161	269	68	5.157	3.945
Sto. Ant. Guarulhos	52	104	31	2.061	1.138
N. Sra. Dest. Capivari	03	20	07	923	1.005
N. S. Neves e Sta. Rita	11	37	02	3.640	1.691
Total	445	915	237	17.853	12.186

fontes: *Couto Reys (1997); **Correspondência... (1902).

A fixação dos povoadores na área era parte do projeto *urbanístico* português na base do qual estava a catequese dos silvícolas, a educação pelo trabalho e a defesa militar, garantindo-se assim a ocupação das terras e o fornecimento de mão de obra. Observemos a seguir a criação e a destruição das aldeias de Nossa Senhora das Neves, Santo Antônio de Guarulhos, São Fidelis de Sigmaringa, São José de Leonissa da Aldeia da Pedra e Santo Antônio de Pádua, localizadas na região em apreço.

Os aldeamentos

A organização das chamadas reduções, baseada na violência do aprisionamento, da exploração econômica e da destruição cultural dos nativos, constitui-se em um dos traços mais importantes da acumulação e da urbanização *primitivas* em terras fluminenses.

Localizadas em pontos estratégicos de apoio para a expansão territorial, o desenho desses espaços cristãos ou povoados rurais partia de um centro, quadrado ou retangular, onde era erigida a igreja, e baseava-se no arruamento regular - ao lado do templo estabeleciam-se a residência dos padres e os locais dedicados ao ensino e trabalho; ao redor da praça construía-se as habitações do gentio e atrás da capela ficavam as roças de subsistência e o cemitério. Os indígenas catequizados trabalhavam compulsoriamente sob a guarda de missionários que impunham o batismo, horários para as atividades, vestimentas, uso da moeda e os castigavam no tronco e no açoite.

Os guarulho, que vagavam entre a Lagoa Feia e os rios São Pedro, Macahé e Macabu, foram aldeados pelos jesuítas em fins do século XVII na localidade denominada Santa Rita dentro de sua fazenda de Santana, em Macahé, cuja capela tomou o nome de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita. Os índios fugiram e aquelas terras, esbulhadas pelos vizinhos, formaram a freguesia em 1795. O aldeamento de Santo Antônio de Guarulhos foi organizado em 1659 por missionários franceses às margens do rio Paraíba e os capuchinhos italianos agregaram os nativos que viviam no entorno do rio Muriahé. Em 1689 a redução ficou sob a responsabilidade dos Provinciais da irmandade Conceição do Rio de Janeiro que, em decorrência das cheias do rio e das epidemias, transferiram-na, pelo Alvará de novembro de 1700, para o lugar denominado Cachoeira de Muriahé onde uma nova sesmaria, com uma légua quadrada indo até o lugar chamado Facão foi concedida para erguer a povoação. Quando a aldeia passou a ser administrada por sacerdotes seculares, teve sua capela elevada à paróquia de Santo Antônio de Guarulhos (1759) e as terras foram invadidas - mesmo os ouvidores da comarca também aforaram porções para roças de mandioca e engenhos de açúcar, o que acabou por extingui-la.

Por ordem do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza uma nova frente de penetração no sertão fluminense ocorreu em 1781 quando frades capuchinhos italianos embrenharam-se nas florestas dos sertões até o rio Pomba, divisa com a capitania de Minas Gerais, para evangelizar o gentio. A aldeia São Fidelis de Sigmaringa surgiu a dez léguas de São Salvador com a reunião dos índios coroados no local denominado Gamboa, na margem direita do rio Paraíba, deslocada rio abaixo no ano seguinte após conflito com Joaquim Vicente dos Reis e Manoel José de Carvalho que se diziam donos daqueles terrenos. Aos índios foram oferecidas terras estéreis e pantanosas onde foi erigida uma capela coberta de palha para também acolher os moradores dos engenhos e fazendas dos arrabaldes. Em 1782, uma ordem superior determinava a medição de uma légua de terra para sesmaria da aldeia e a nomeação do capitão-mor e de dois ajudantes. A medição do patrimônio, que se estendia do rio Paraíba

desde as Cachoeiras do Salto Grande até pouco abaixo das Larangeiras na margem esquerda do rio, não foi realizada. A igreja, erguida em local estratégico separado do povoado, foi sagrada em 1809. Em 1821 já existiam 149 fogos, 702 pessoas livres e 1.028 escravos na aldeia (Mappa...1870), o que motivou sua transformação em freguesia em 1840 quando eram apenas 32 os silvícolas e inúmeros os enfiteutas que pagavam foros de 10 réis pelos lotes.

Com a política de se multiplicarem as povoações, foi sugerido o aldeamento dos coroados, coropó e puri que destruíam as fazendas após o estabelecimento da redução de São Fidelis. Os capuchinhos italianos, responsáveis pela catequese, escolheram o morro da Onça para a aldeia de São José de D. Marcos ou São José de Leonissa da Aldeia da Pedra. Como para as autoridades o lugar não pareceu apropriado, foi determinado que ficaria a 40 léguas de São Fidelis nos sertões incultos da sesmaria dos índios guarulho para facilitar a ocupação. Os padres protestaram pois preferiam que ficasse no meio de algum povoado ou fazendas. Finalmente, o vice-rei Conde dos Arcos determinou, em fevereiro de 1808, a margem direita do rio Paraíba, na confluência com o rio da Pomba, em um planalto com terras férteis onde viviam os "índios brabos". Em 1818 as terras do aldeamento foram concedidas a colonos e imigrantes, ocasionando problemas de alcoolismo entre os nativos que, trabalhando para os brancos, recebiam seus jornais em aguardente. A freguesia de São José de Leonissa da Aldeia da Pedra foi criada em 1850, com o aldeamento primitivo em decadência e uma população de 226 indígenas e 963 escravos.⁸

Na margem sul do rio Pomba distante 6 léguas da confluência do rio Paraíba, em terras cedidas no início do século XIX por João Francisco Pinheiro, os capuchos portugueses pacificaram os coroados na aldeia de Santo Antônio de Pádua. A capela foi erguida na década de 1840 com patrimônio de uma légua. Como as terras eram férteis e a caça e pesca abundantes, moradores das vizinhanças foram atraídos e em 1843 o arraial foi elevado a freguesia, quando os quase mil índios já haviam se tornado *caboclos*, isto é, aculturados.⁹

Desde o Diretório dos Índios de 1757, um programa do primeiro ministro marques de Pombal, objetivava-se transformar os aldeamentos em vilas e cidades e alienar os nativos culturalmente pelo ensino obrigatório da língua portuguesa e pela permissão de contato com os colonos. Após a independência, a política indigenista não sofreu descontinuidade ao basear-se no binômio catequizar e civilizar - catequizar era submeter o gentio ao cristianismo e civilizar era submetê-los às leis, isto é, ao trabalho. Como o diretor-geral de índios de cada província tinha como uma de suas atribuições a de informar sobre a conveniência de conservação ou remoção das aldeias, demarcando (ou não) os patrimônios,¹⁰ verifica-se que o processo de ocupação exigiu o apoderamento das terras dos aldeamentos em áreas de

povoamento antigo e nas de frente de expansão, utilizando-se o trabalho dos *negros da terra* na conquista do território, na segurança dos caminhos e na produção (Cunha, 1992).¹¹ (ver mapa 1)

Campos das Delícias¹²

Como a produção açucareira demandava crescentemente força de trabalho, na década de 1820 muitos traficantes de escravos transferiram suas atividades para o norte fluminense, alguns tornando-se donos de grandes fazendas e homens públicos como Joaquim Thomas de Faria (delegado de polícia, patrão-mor do porto de São João da Barra, presidente da Câmara Municipal), André Gonçalves da Graça (vice-presidente da Câmara de São João da Barra), Dulfo Desidério da Silva Maya Pessanha e os irmãos Manuel José Pinto e Joaquim Pinto da Fonseca.¹³ A tabela 2, se comparada com a tabela 1, apresenta o crescimento populacional na cidade de Campos onde, na maioria das freguesias, o número de cativos superava o de homens livres. Chama a atenção nesta estatística oficial a inclusão da aldeia da Pedra antes mesmo de se tornar paróquia, denotando o surto urbano como objetivo do projeto territorial.

Tabela 2 - População livre e escrava por freguesia em 1836

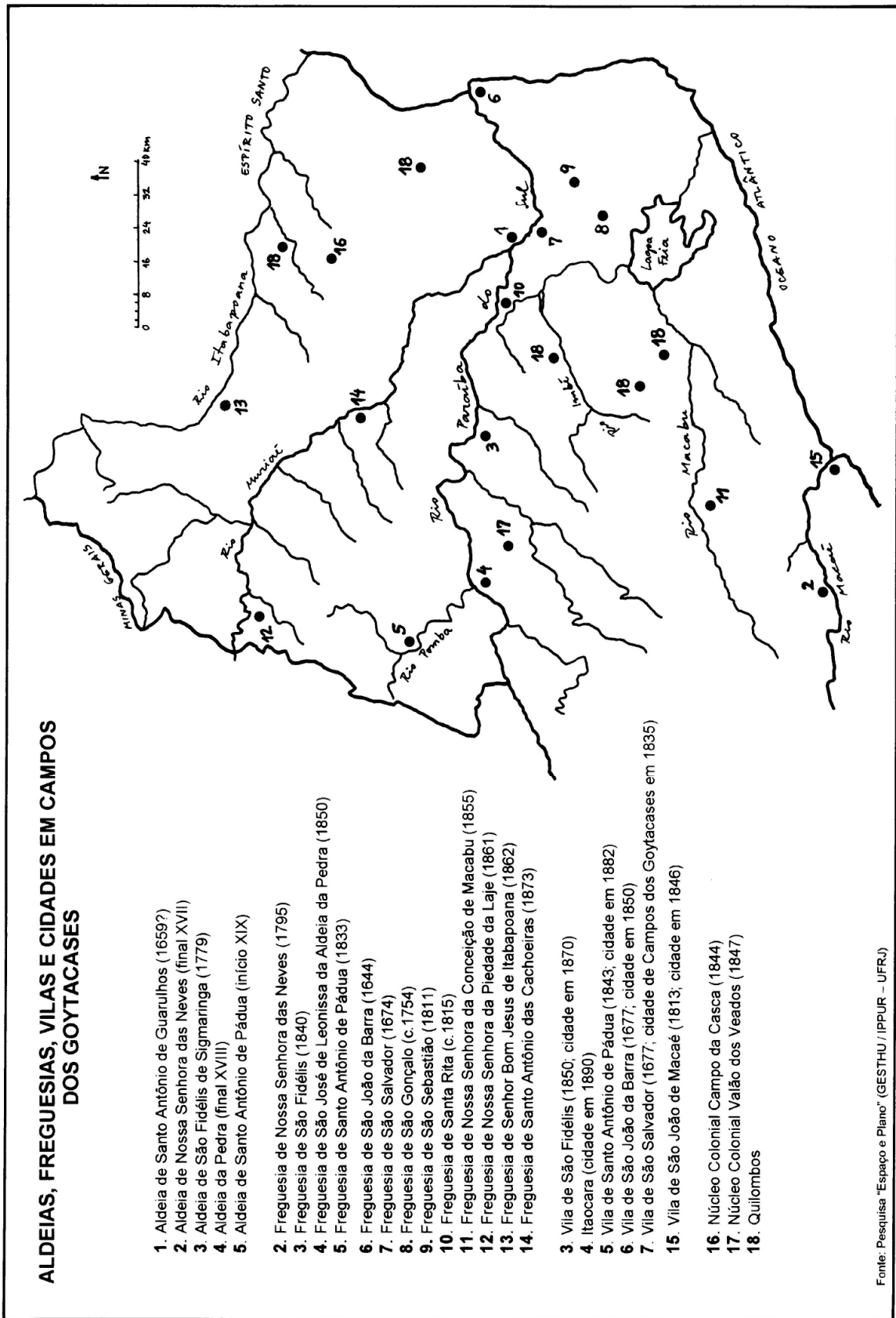
Freguesias	População livre	Escravos	Total
São Salvador	6.580	11.837	18.423
Sto. Ant. Guarulhos	1.714	6.559	8.273
São Gonçalo	3.296	3.976	7.272
São Sebastião	4.595	3.188	7.783
Santa Rita	2.916	2.632	5.548
São Fidelis	1.241	2.002	3.243
Aldea da Pedra	775	401	1.176
Total	21.123	30.595	51.718

fonte: Ata da Sessão da Câmara de Campos de 22/1/1836 apud Feydit (1900)

Obs: transcrição fiel; observe-se que os totais não se verificam.

Quanto ao arranjo de forças políticas, a área campista conquistou seu *espaço*. Se em 1753 passou a pertencer à capitania do Espírito Santo, em 1832 foi incorporada à Província do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, pela Lei Imperial de 29 de dezembro os municípios ficaram obrigados a delimitar suas freguesias e os presidentes das Províncias autorizados a fazer nova divisão dos termos e comarcas.¹⁴ Em agosto do ano seguinte as vilas de Campos dos Goytacazes e São João da Barra submeteram-se ao Rio de Janeiro, situação política desfavorável se lembrarmos do Ato Adicional de 1834 que tornou as Câmaras meras subdivisões da administração provincial. No entanto a 2 de março de 1835 Campos foi elevada à cidade e, no mês seguinte, à cabeça de comarca (das 8 definidas para a província do Rio de Janeiro), cujo termo incluía São João da Barra e São Fidelis. Este rearranjo territorial

Mapa 1 - Aldeias, freguesias, vilas e cidades em Campos dos Goytacases



vinculava-se a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense atrelada ao surto urbano cujos critérios eram: proximidade; centralidade militar, de circuitos comerciais e comunicacionais; e contiguidade (acidentes naturais e sentimento de pertencimento). É neste sentido que vislumbramos os *campos* como centros de importância regional quando a vila não era mais representativa dos interesses locais e sim cada "pequeno país". Tal unidade pode ser ainda observada no projeto, de julho de 1855, apresentado por uma comissão especial encabeçada pelo marques de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, de criação de uma nova Província do Império composta por Campos dos Goytacazes, São Fidelis, São João da Barra e Macaé, Itapemirim (no Espírito Santo) e vilas em Minas Gerais. Tais eventos demonstram o poder regional¹⁵ daquela aristocracia: ali foram concedidos mais de 30 títulos nobiliárquicos.

A tabela 3, organizada com base nos Registros do Vigário instituídos após a promulgação da Lei de Terras, demonstra a concentração fundiária na região condizente com a centralização política e com as mudanças tecnológicas e econômicas trazidas a partir da introdução dos engenhos a vapor.¹⁶ Os nomes dos maiores proprietários e das fazendas com suas respectivas áreas podem ser visualizados no mapa 2.

Tabela 3 - Número de propriedades por área e por freguesias em meados do século XIX

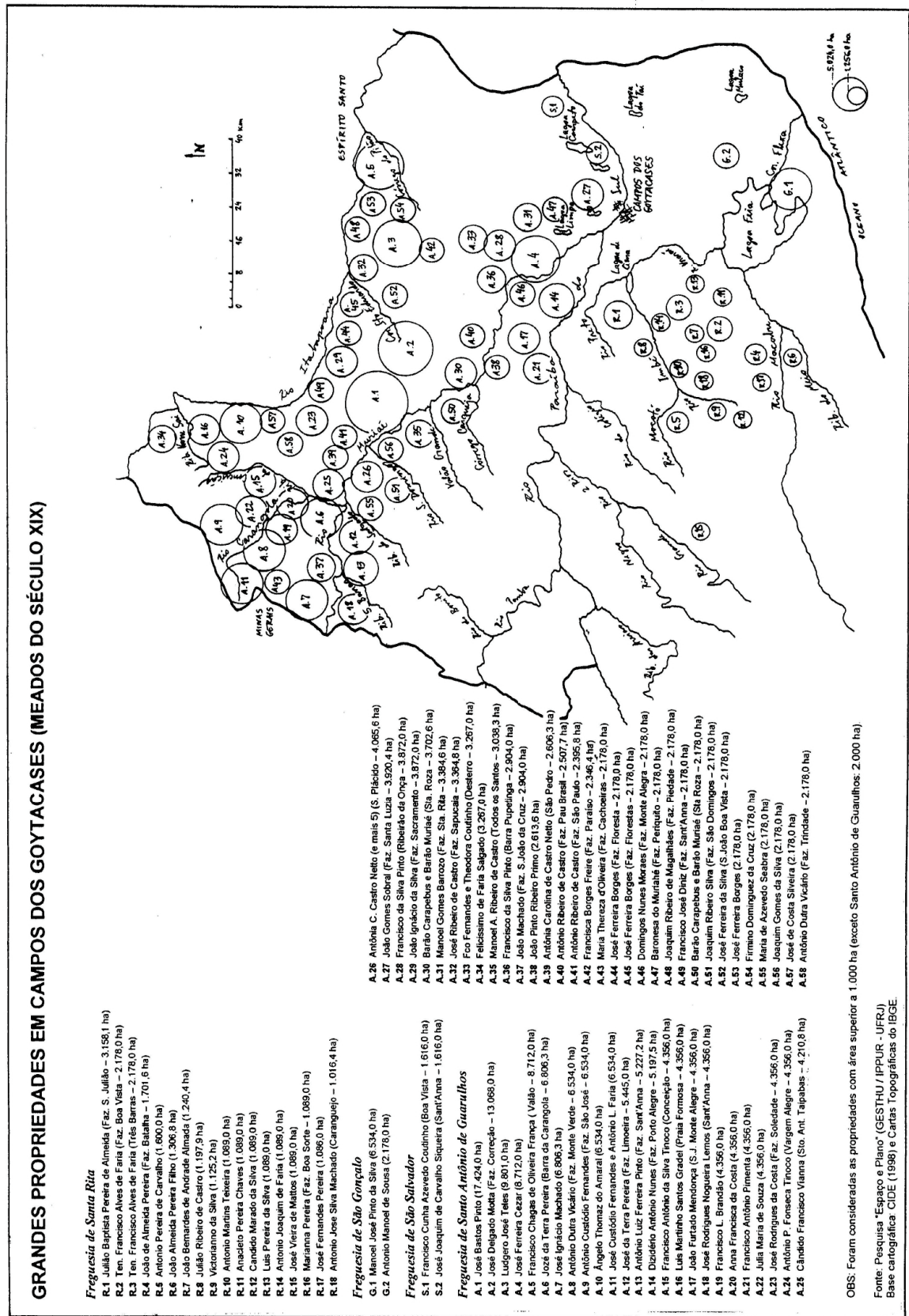
Freguesia	< 3 ha	3-10 ha	10-50 ha	50-100 ha	100-500 ha	500-1000 ha	> 1000 ha
N.Sra. Piedade da Lage	-	-	1	-	5	2	7
Sta. Rita	1	14	116	116	153	27	20
São Gonçalo	2	3	31	24	32	3	2
São Salvador	1	4	43	19	36	6	2
São Sebastião	-	3	23	31	22	1	-
Sto. Antônio Guarulhos	3	15	204	139	267	80	152
Total	7	39	418	329	515	119	183

Fonte: Registros Paroquiais de Campos dos Goytacazes (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

Obs: de 4.603 declarações, foram levantadas 1.565, que representam 33% do total. Como nos Registros incluíam-se os aforamentos, a tabela apresentada pode sugerir, equivocadamente, uma concentração de pequenas e médias propriedades na região.

Tal domínio era no entanto ameaçado pelos quilombos. O mais famoso foi organizado em princípios do século XVIII pelo negro Curukango na serra do Deitado (na divisa entre os atuais municípios de Macaé, Trajano de Moraes e Conceição de Macabu). Formado por 200 negros, a repressão foi violenta: a maioria dos revoltosos foi morta e a cabeça do líder fincada na estrada geral (Oscar, 1985). Há notícias de escravos organizados em Macabu (1810), Santa Rita (1834), sertão do Imbé (provavelmente o de Três Bicos, 1843) e de um grande quilombo nas cabeceiras do rio Moquim, nos sertões da Pedra Lisa (1848), que atraiu cerca de 300 escravos e um padre pardo fugido de uma prisão em Minas Gerais. Possuía além de casas,

Mapa 2 - Grandes propriedades em Campos dos Goytacases (meados do século XIX)



GRANDES PROPRIEDADES EM CAMPOS DOS GOYTACASES (MEADOS DO SÉCULO XIX)

- Freguesia de Santa Rita**
 R.1 Julião Baptista Pereira de Almeida (Faz. S. Julião - 3.156,1 ha)
 R.2 Ten. Francisco Alves de Faria (Faz. Boa Vista - 2.178,0 ha)
 R.3 Ten. Francisco Alves de Faria (Três Barras - 2.178,0 ha)
 R.4 João de Almeida Pereira (Faz. Batalha - 1.701,6 ha)
 R.5 Antonio Pereira de Carvalho (1.600,0 ha)
 R.6 João Almeida Pereira Filho (1.306,8 ha)
 R.7 João Bernardes de Andrade Almeida (1.240,4 ha)
 R.8 Julião Ribeiro de Castro (1.197,9 ha)
 R.9 Vicentiano da Silva (1.125,2 ha)
 R.10 Antonio Martins Teixeira (1.089,0 ha)
 R.11 Anacleto Pereira Chaves (1.089,0 ha)
 R.12 Cândido Marido da Silva (1.089,0 ha)
 R.13 Luis Pereira da Silva (1.089,0 ha)
 R.14 Antonio Joaquim de Faria (1.089,0 ha)
 R.15 José Vieira de Mattos (1.089,0 ha)
 R.16 Marianna Pereira (Faz. Boa Sorte - 1.089,0 ha)
 R.17 José Fernandes Pereira (1.089,0 ha)
 R.18 Antonio Jose Silva Machado (Caranguejo - 1.016,4 ha)

- Freguesia de São Gonçalo**
 G.1 Manoel José Pinto da Silva (6.534,0 ha)
 G.2 Antonio Manoel de Sousa (2.178,0 ha)
- Freguesia de São Salvador**
 S.1 Francisco Cunha Azevedo Coutinho (Boa Vista - 1.616,0 ha)
 S.2 José Joaquim de Cavalheiro Siqueira (Sant'Anna - 1.616,0 ha)

- Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos**
 A.1 José Bastos Pinto (17.424,0 ha)
 A.2 José Delgado Motta (Faz. Conceição - 13.068,0 ha)
 A.3 Luígerio José Telles (9.801,0 ha)
 A.4 José Ferreira Cezar (8.712,0 ha)
 A.5 Francisco Chagas de Oliveira Franca (Vallão - 8.712,0 ha)
 A.6 José da Terra Pereira (Barra da Carangola - 6.806,3 ha)
 A.7 José Ignácio Machado (6.806,3 ha)
 A.8 Antônio Dutra Vileiro (Faz. Monte Verde - 6.534,0 ha)
 A.9 Antônio Custódio Fernandes (Faz. São José - 6.534,0 ha)
 A.10 Angelo Thomaz do Amaral (6.534,0 ha)
 A.11 José Custódio Fernandes e Antônio L. Faria (6.534,0 ha)
 A.12 José da Terra Pereira (Faz. Limpeira - 5.445,0 ha)
 A.13 Antônio Luz Pereira Pinto (Faz. Sant'Anna - 5.227,2 ha)
 A.14 Didelério Antônio Nunes (Faz. Porto Alegre - 5.197,5 ha)
 A.15 Francisco Antônio da Silva Tinoco (Conceição - 4.356,0 ha)
 A.16 Luis Martinho Santos Gradi (Praia Formosa - 4.356,0 ha)
 A.17 João Fúrdado Mendonça (S. J. Monte Alegre - 4.356,0 ha)
 A.18 José Rodrigues Nogueira Lemos (Sant'Anna - 4.356,0 ha)
 A.19 Francisco L. Brandão (4.356,0 ha)
 A.20 Anna Francisca da Costa (4.356,0 ha)
 A.21 Francisco Antônio Pimenta (4.356,0 ha)
 A.22 Julia Maria de Souza (4.356,0 ha)
 A.23 José Rodrigues da Costa (Faz. Soledade - 4.356,0 ha)
 A.24 Antônio P. Fonseca Tinoco (Vargem Alegre - 4.356,0 ha)
 A.25 Cândido Francisco (Ianna) (Sto. Ant. Tapabbas - 4.210,8 ha)

- A.26 Antônia C. Castro Netto (e mais 5) (S. Pileado - 4.095,6 ha)
 A.27 João Gomes Sobral (Faz. Santa Luzia - 3.920,4 ha)
 A.28 Francisco da Silva Pinto (Ribeirão do Onçá - 3.872,0 ha)
 A.29 João Ignácio da Silva (Faz. Sacramento - 3.702,6 ha)
 A.30 Barão Carapuebas e Barão Muratê (Sta. Rosa - 3.384,6 ha)
 A.31 Manoel Gomes Branco (Faz. Sta. Rita - 3.384,6 ha)
 A.32 José Ribeiro de Castro (Faz. Sapucaia - 3.267,0 ha)
 A.33 Fco Fernandes e Theodorou Coutinho (Desterro - 3.267,0 ha)
 A.34 Feliciano de Faria Salgado (3.267,0 ha)
 A.35 Manoel A. Ribeiro de Castro (Todos os Santos - 3.039,3 ha)
 A.36 Francisco da Silva Pinto (Barra Pupuíanga - 2.904,0 ha)
 A.37 João Machado (Faz. S. João da Cruz - 2.904,0 ha)
 A.38 João Pinto Ribeiro Primo (2.613,6 ha)
 A.39 Antônia Carolina de Castro Netto (São Pedro - 2.606,3 ha)
 A.40 Antônio Ribeiro de Castro (Faz. Pau Brasil - 2.507,7 ha)
 A.41 Antônio Ribeiro de Castro (Faz. São Paulo - 2.395,8 ha)
 A.42 Francisca Borges Freire (Faz. Parateto - 2.346,4 ha)
 A.43 Maria Theresza Coliviera (Faz. Cachoeiras - 2.178,0 ha)
 A.44 José Ferreira Borges (Faz. Floresta - 2.178,0 ha)
 A.45 José Ferreira Borges (Faz. Floresta - 2.178,0 ha)
 A.46 Domingos Nunes Moraes (Faz. Monte Alegre - 2.178,0 ha)
 A.47 Baronesa do Muritiba (Faz. Periquito - 2.178,0 ha)
 A.48 Joaquim Ribeiro da Magalhães (Faz. Piedade - 2.178,0 ha)
 A.49 Francisco José Diniz (Faz. Sant'Anna - 2.178,0 ha)
 A.50 Barão Carapuebas e Barão Muratê (Sta Rosa - 2.178,0 ha)
 A.51 Joaquim Ribeiro Silva (Faz. São Domingos - 2.178,0 ha)
 A.52 José Ferreira da Silva (S. João Boa Vista - 2.178,0 ha)
 A.53 José Ferreira Borges (2.178,0 ha)
 A.54 Firmino Dominguez da Cruz (2.178,0 ha)
 A.55 Maria de Azevedo Seabra (2.178,0 ha)
 A.56 Joaquim Gomes da Silva (2.178,0 ha)
 A.57 José de Costa Silveira (2.178,0 ha)
 A.58 Antônio Dutra Vileiro (Faz. Trindade - 2.178,0 ha)

OBS: Foram consideradas as propriedades com área superior a 1.000 ha (exceto Santo Antônio de Guarulhos: 2.000 ha)

Fonte: Pesquisa "Espaço e Plano" (GESTHU/IPPUR - UFRJ)
 Base cartográfica: CIDE (1998) e Cartas Topográficas do IBGE.

oratórios, cemitério, ferraria, pequenas criações, plantações de mandioca, milho, feijão e cana, e um engenho para a produção de açúcar e cachaça. Era fortificado, havia rondas noite e dia e, pelo navegável valão do Onça, os quilombolas atingiam as povoações mais próximas onde compravam pólvora, chumbo e armamentos, criando teias sociais com senhores, donos de venda, grupos indígenas e escravos (Amantino, 2003).¹⁷ A reação dos potentados deveu-se ao Comando Superior de Guardas Nacionais de Campos, São João da Barra e São Fidelis que incluía ainda uma força qualificada do Rio de Janeiro.¹⁸

Observemos um dos pilares da política regional e urbana imperial: a instauração de núcleos coloniais (Fridman, 2005). Em 1835 foram concedidas 4 sesmarias de uma légua quadrada cada uma nas margens do rio Imbé onde houvesse terrenos devolutos para a Companhia de João Henrique Freese que abrisse o caminho entre Nova Friburgo e Macaé. A Companhia deveria ocupar as terras no período de cinco anos com pelo menos 60 casais de colonos europeus sem o emprego de escravos, recebendo ainda o direito de importação de barcos a vapor, além de instrumentos e máquinas para a colônia. Não há notícias sobre o que ocorreu com o núcleo.

A organização desses estabelecimentos agrícolas e "industriosos", regulados por lei provincial de 1840, localizados nas proximidades das vilas ou povoações a serem levantadas, estava condicionada à garantia aos colonos de porções de terras mediante perpétuo e módico foro, casas provisórias porém seguras, ferramentas e de uma diária durante um ano. Na falta de terras devolutas, o Governo poderia comprá-las ou aforá-las.¹⁹ Para estimular o cultivo de linho, o governo imperial cedeu uma sesmaria de 12 léguas em quadra no sertão da Pedra Lisa às margens do rio Itabapoana, em uma área conhecida como Campo da Casca, à companhia do belga Ludgero Jose Nellis. A empresa encarregou-se de trazer 125 colonos que receberam, cada um, um lote de meia légua com foro de 112\$000 réis. Chegaram 95 (119?) estrangeiros em janeiro de 1844, que logo abandonaram o local por falta de conforto. Apesar das denúncias, Nellis passou a explorar privadamente 9.801 ha.

A fundação em 1847 da colônia agrícola de Valão dos Veados nas terras pertencentes a Eugênio Aprígio da Veiga, em São Fidelis, não contou com o apoio da maioria dos fazendeiros escravistas, que não viam com bons olhos aquelas experiências com trabalhadores livres. Em uma légua quadrada à margem dos Dois Rios com um arraial onde uma capela foi erigida, lotes foram arrendados por 1 réis cada braça quadrada a 44 famílias compostas por 329 colonos portugueses (açorianos, portuenses e madeirenses), franceses, alemães, belgas, espanhóis e um inglês (Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1855).

Comentemos os grandes projetos, realizados ou não, de comunicação entre os diversos pontos da região, pela navegação fluvial e por vias terrestres. O canal do Nogueira, proposto em 1829 para ligar o rio Paraíba com a lagoa do Fogo (ou Campelo), teve início em 1833, prosseguiu até 1871 quando vários pontos já estavam obstruídos e jamais foi concluído. O valão do Onça, este finalizado em 1840, serviu à região por descer o rio Muriaé. O canal de Campos a Macahé não teve a mesma sorte - sugerido nos anos 30 por John Henrique Freese, citado acima, para ligar os rios Parahyba e Macahé, somente em 1845 uma comissão formou-se para decidir o trajeto mais conveniente e o arrematante das obras, José Carneiro da Silva, o visconde de Araruama. Em 1856 a construção encontrava-se paralisada por falta de pagamento e que, ao prosseguir, gerou uma reação dos proprietários dos terrenos a serem atingidos pelo canal, motivo que ocasionou o seu embargo pela Câmara. Em 1872 no canal inaugurado só poderiam navegar as embarcações matriculadas (Lamego, 1942). Quanto às vias terrestres, desde o final do século XVIII já estavam abertos os caminhos da Parahyba e Campista do Muriaé. Na primeira metade da centúria seguinte foram executados por ricos agricultores ou companhias de colonização com pagamento em sesmarias, as estradas da Pomba; do Macabu; Mineiro do Muriaé (1833); Campista do Espírito Santo; de João Luiz até o alto de Quissamã; a Estrada Nova ligando Cantagalo, São Fidelis, Aldeia da Pedra até o Porto das Caixas e a estrada de Campos até Niterói, cuja construção foi assumida pelo fazendeiro Joaquim Ribeiro de Castro. Em abril de 1849 o presidente da Província mandou realizar os melhoramentos da estrada entre o sertão de Muriahé e a cidade de Campos e nela colocar uma barreira para cobrança de pedágio (Lamego Filho, 1950).²⁰

A "nova classe empresária", composta pelos barões do açúcar e do café que também exerciam funções comerciais e/ou bancárias, comprava as posses, as pequenas e médias propriedades e os escravos como parte de sua estratégia capitalista. Sua força econômica pode ser verificada pela organização, já em setembro de 1834, da Caixa Econômica de Campos com 57 acionistas (em 1881 eram 5.690); de uma filial do Banco Commercial e Agrícola do Rio de Janeiro (1859); da Casa Bancária Caldeira liderada por Francisco Rodrigues de Abreu Caldeira (de importante família cafeicultora local), Manoel José Alves Torres e Francisco Rodrigues Penalva (1862) e do Banco de Campos (1863) cujos sócios majoritários eram João de Almeida Pereira Filho (dono de grandiosa fazenda, deputado geral em 3 legislaturas, presidente da Província do Rio de Janeiro em 1859 e ministro do Império em 1860) e Caetano Thomas Pinheiro.²¹

A nobreza rural vivia em suntuosos solares urbanos. Por este motivo a iluminação pública com os lampiões de azeite de peixe foram substituídos em 1854 por gás hidrogênio,

distribuído a partir de 1872 pela Campos Gás Company dirigida por José Martins Pinheiro, barão da lagoa Dourada que, além de fazendeiro era sócio da Companhia Ferro Carril de Campos e exerceu a presidência da Câmara.²² Instituições sociais e de serviços públicos ou de entretenimento organizaram-se - o correio teria sido estabelecido desde 1798, uma Casa de Ópera fora inaugurada em 1805, o primeiro jornal impresso começou a circular em 1831, mesmo ano em que surgiu a primeira escola pública. Neste período já existiam a loja maçônica Firme União, a Sociedade Anti-Restauradora, o Liceu Provincial (1847), a Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre (1856), a Sociedade Agrícola Campista (organizada pelo barão de Santa Rita e pelo comendador Julião Baptista Pereira de Almeida) e as Sociedades Portuguesa e Brasileira de Beneficência. Campos atraiu indivíduos de várias procedências - alemã, italiana, espanhola, francesa (com inúmeros artesãos e comerciantes) e inglesa (engenheiros e técnicos).²³ Desta última temos informações de Alexandre Davidson, produtor de moedas de ferro para os engenhos, que requereu a concessão de um guindaste e de uma ponte para o serviço de uma barca a vapor entre Campos e São João da Barra, linha inaugurada em 1853; e da contratação da firma Dutton & Chandler para a construção de uma ponte de ferro sobre o rio Paraíba em frente à cidade.

Conclusões

O estudo da região de Campos dos Goytacazes revela uma dinâmica territorial que pode ser generalizada para todo o espaço fluminense. No período colonial o projeto de povoamento instituído pelos portugueses, tinha como um de seus pilares a catequese e a defesa militar implantados pelos religiosos que, além de receberem sesmarias, foram responsáveis pela formação de uma incipiente rede urbana - aldeamentos e freguesias, eficazes formas de expropriação das terras indígenas e de aculturação dos nativos. Tal programa de conquista teve continuidade no Brasil imperial com a ação dos agentes que planejaram a criação de vilas, núcleos coloniais e comarcas, estas últimas verdadeiros elos entre região e lugar. Os senhores de engenho e fazendeiros de café da comarca de Campos dos Goytacazes - o conde de Lages, os viscondes de Araruama, de Macaé, de Quissamã, de Santa Rita, de Itabapoana e de Mauá, e os barões de Abadia, Ururaí, de Monte do Cedro, de Muriaé, de Santa Rita, de Carapebus, de Vila Franca, de Itabapoana, de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, de Pirapitinga, da Lagoa Dourada, de São João da Barra, de São Vicente de Paula, de Azeredo Coutinho, de São Fidelis, de Miracema de Vila Flor, de Duas Barras e da Póvoa de Varzim e os inúmeros comendadores - além de concentrarem riqueza, terras e escravos, constituíam o maior núcleo da nobreza agrária do Brasil e uma importante força de

apoio ao Império cuja política territorial (regional e urbana) coadunava-se com o processo de privatização do solo e com as estratégias aliadas à centralização política e ao desenvolvimento do capitalismo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. M. e LACERDA, A. C. *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Escritorio de Francisco Arthur da Silva, 1878, 5ª ed.

ALVARENGA, J. (org.). *Almanak industrial, mercantil e administrativo da cidade e município de Campos (Rio de Janeiro) para 1881 e 1882. Ano primeiro*. Campos: Tipografia do Monitor Campista, 1881.

AMANTINO, M. Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX. In FLORENTINO e MACHADO (orgs.) *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

CORRESPONDÊNCIA de várias autoridades. RIHGB (105), 1902.

COUTO REYS, M. M. *Descrição geographica, pulitica e cronographica do districto dos Campos Goiatacaz*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997 [1785].

CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX. In Cunha (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FEYDIT, J. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniaes até a proclamação da República*. Campos: Typ. J.Alvarenga & Companhia, 1900.

FRIDMAN, F. As cidades e o café. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR*. Salvador: Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, maio de 2005.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. *Estado do Rio de Janeiro. Território*. Rio de Janeiro: CIDE, 1998, 2ª ed.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Atica, 1992.

LAMEGO, A. *A terra goitacá à luz dos documentos inéditos*. Paris: L'Edition d'art, 1913-1945, 7 vols.

LAMEGO FILHO, A. R. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1945.

---. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1950.

LARA, S. H. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [1938], tomo V.

MAGHELLI, L. *Aldeia da Pedra. Estudo de um aldeamento indígena no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2002.

MAPPA da população da Côrte e província do Rio de Janeiro em 1821. *RIHGB* 33 (40), 1870.

OSCAR, J. *Escravidão e engenhos. Campos, São João da Barra, Macaé e São Fidelis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

ROCHA, M. R. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.

RODRIGUES, H. S. *Campos. Na taba dos goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SILVA, J. N. S. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *RIHGB* (14 e 15), 1854.

Fontes primárias

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Registro de Terras de Campos dos Goytacazes, Freguesias de Nossa Senhora da Piedade da Lage, Santa Rita, São Salvador, São Gonçalo, São Sebastião e Santo Antônio de Guarulhos (1854/1856).

Arquivo Histórico do Exército - Mapoteca: Carta Topographica da Capitania do Rio de Janeiro (1767) - 24.27.95; Mappa Topographico do Destricto dos Campos Goitacaz (1785) - 23.04.35.30; Carta da Província do Rio de Janeiro (1840) - 05.01.883; Planta da Direcção do Canal de Campos a Macahé (1846) - 05.03.1005; Projecto de huma secção do canal entre Campos e o Oceano (1854) - 05.02.950.

Arquivo Nacional - Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro 1846 - microfilme 033.1-78; Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro 1855 - microfilme 033.3-78.

Notas

¹ Agradeço a Valter Luiz de Macedo pela elaboração dos dois mapas inéditos e a Adriana de Oliveira de Araújo, Ana Paula Pinto Pinheiro, Bruno de Andrade Vasques, Carly de Souza Reichelt e Monique Aguiar Norkus pelo levantamento cartográfico e de dados primários.

² Chamados pelos jesuítas de "tigres humanos", foram exterminados por guerra bacteriológica através de roupas infectadas por varíola ou gripe deixadas nas trilhas por onde passavam.

³ Ali criavam-se 16.580 cabeças de gado bovino e 4.670 cavalos, além de abrigar 820 escravos, uma fábrica de cerâmica, plantações de cana, engenhos, enfermaria e vários sítios (Leite, 2004).

⁴ Duas das compras mais importantes foram feitas em 1753: aos herdeiros do capitão Francisco Viegas Leitão nos Campos de Areia e a fazenda do capitão João Freire de Souza, chamada de Martim Correia, "que estendeu as terras do Mosteiro até a Lagoa Feia" (Rocha, 1991, pg. 69). Em 1660 os bentos acumulavam 8.443 cabeças de gado distribuídos por diversos currais e 89 escravos.

⁵ A vila de São Salvador até 1678 não possuía rossiio face à ocupação dos beneditinos. Em uma negociação com os padres, estes acabaram por ceder terrenos para onde a vila foi transferida.

⁶ Os aquinhoados com grandes parcelas foram Belchior Nunes Rangel, Manuel Carneiro da Silva (fundou o morgadio de Quissamã com importante produção de anil), capitão José Carneiro da Silva (contratador de diamantes); brigadeiro José Caetano de Barcelos Coutinho, Caetano de Barcelos Machado (alcaide-mor e dono de 3 fazendas, 10 currais, 3.000 cabeças de gado e mais de 100 escravos); José Ferreira Rabelo (1º juiz ordinário da vila de Macaé), capitão João Luiz Pereira Viana; Pedro de Souza Castello Branco; capitão-mor Antônio Teixeira Nunes; capitão-mor Felix Alves de Barcellos; alferes João Velho Barreto; Manoel Ferreira Soares; Alberto de Azevedo; Antônio de Souza; Domingos Henriques; João Ribeiro de Mendonça e Silvestre Martins, entre outros, além do patrimônio da Câmara. As enormes propriedades dos loyolistas foram à leilão e arrematadas por Joaquim Vicente dos Reis (1.482 escravos, 9.000 cabeças de gado e 4.000 cavalos). As maiores fazendas no terceiro quartel do século XVIII eram as dos religiosos (beneditinos, carmelitas, de Nossa Senhora da Ajuda, de Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Lapa, Senhor dos Passos e de Nossa Senhora do Rosário) e as do visconde de Asseca; morgado do mestre de campo João de Barcelos; alferes Francisco Nunes; capitão João Gomes da Motta; Pedro Freire, Travaços; Gonçalo Marques; Eleuterio de Azevedo; capitão Antônio Dias; Ignácio Gago; Antônio de Azevedo e do padre Manuel Furtado.

⁷ Em seu relato de 1785, Couto Reys (1997) afirma que "a vila de São Salvador é a metrópole do distrito e a mais rica e populosa de todas sujeitas ao Rio de Janeiro".

⁸ Há referência na Carta Geographica da Provincia do Rio de Janeiro (1823) de uma aldeia da Xixa, em frente à da Pedra na outra margem do rio Parahyba, da qual não encontramos outras informações.

⁹ Em 1853 a localidade, dominada pela família Silveira Pessanha, agregava lavradores de café, uma fábrica de açúcar, serraria, 4 juizes de paz e um subdelegado (Maghelli, 2002). O número de escravos era perto de 500.

¹⁰ Em 1864 era diretor-geral dos índios na Província do Rio de Janeiro o visconde de Araruama, do clã Carneiro da Silva, o maior proprietário fundiário de Quissamã.

¹¹ Para Gorender (1992), o trabalho compulsório dos índios, subsidiário ao da mão de obra escrava, era pago em aguardente, quinquilharias ou varas de pano, o que tornava péssima sua condição de vida. Os indígenas além do transporte fluvial - há referências cartográficas de três pontos de barcas no rio Paraíba próximos às aldeias da Pedra e de Santo Antônio de Pádua -, derrubavam matas, extraíam madeira e trabalhavam como diaristas nas fazendas.

¹² A localidade era chamada de *Goytacamopi* pelos nativos. Os portugueses, encantados com a fertilidade e com a beleza, traduziram para Campos das Delícias, mas um dito popular dizia ser Campos "paraíso do gado e inferno dos homens".

¹³ Traficantes que atuavam nos portos de Macaé, São João da Barra, Carapebus, Quissamã e Bom Sucesso: João Antônio de Britto, Joaquim de Abreu da Silva Braga, Luiz Mendes Ribeiro, Manoel Soares, Victorio Emmanuel Paretto, José Bernardino de Sá (um dos mais importantes traficantes no país), Joaquim Ferramenta, José de Souza Velho e Francisco Domingues de Araújo (visconde de Araújo, dono de 5 fazendas antes pertencentes aos jesuítas).

¹⁴ Segundo Almeida e Lacerda (1878) comarca é uma divisão de caráter administrativo e judicial de uma província, composta de certo número de vilas com seus termos, espaço que abrange qualquer jurisdição territorial. A comarca subordinava-se ao corregedor que fiscalizava a ação dos juizes locais e inspecionava as jurisdições, direitos senhoriais e o governo local. Seu território era pouco homogêneo e nem sempre contínuo.

¹⁵ O decreto 1828 de 1856 dividiu a província do Rio de Janeiro em doze distritos eleitorais, cada um elegendo três deputados à Assembléia Geral. O distrito de Campos compreendia as paróquias de São Salvador de Campos, Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Conceição de Macacu, Nossa Senhora da Conceição de Carapebus, Nossa Senhora do Desterro de Quissaman, Santa Rita da Lagoa de Cima, São Gonçalo, São Sebastião, Santo Antônio de Guarulhos, Santo Antônio do Carangola, São João da Barra e o curato da Barra Seca.

¹⁶ Segundo Lamego Filho (1945), em 1827 havia em Campos aproximadamente 700 engenhos sendo apenas um a vapor. Em 1852 seu número já era 56, alcançando a marca de 113 engenhos a vapor em 1872. Em 1881 eram 125 (Alvarenga, 1881).

¹⁷ Na segunda metade do século XIX, em várias propriedades havia negros fugidos: na antiga fazenda do Largo, nos sertões de São João da Barra (década de 1860); na fazenda do Queimado (1872) e nas redondezas da fazenda do Mato da Canoa pertencentes ao comendador Julião Ribeiro de Castro. A partir de 1875 surgiram os quilombos de Luanda, cujos membros tiveram de capitular em 1880; o do Travessão (1883), Grumarim (1884), de São Fidelis (1885), de Santo Antônio de Pádua (1885), do Morro do Côco (1886) e na freguesia de São Francisco de Paula (1887).

¹⁸ Em 1867 um decreto criou um Comando de Guardas Nacionais no município de São João da Barra formado por um Esquadrão de Cavalaria, Batalhão de Infantaria e da Seção de Batalhão da Reserva.

¹⁹ Como o Governo não encontrava terras devolutas para localizar os núcleos coloniais, muitos estabeleceram-se em zonas improdutivas ou consideradas inconvenientes.

²⁰ O transporte ferroviário foi iniciado em 1873 com a Estrada de Ferro Campos-São Sebastião, depois incrementado com a Companhia Ferro-Carril de Macahé - que além de receber a licença de construção de docas e outras obras de melhoramentos na enseada de Imbetiba em Macahé, ligava-a a Campos (1875) - e a Estrada de Ferro Campos-Carangola.

²¹ No último quartel do século surgiram o Banco Commercial e Hypothecario (1873) e a Caixa Depositária (1888). Pelo decreto de agosto de 1876 foi permitido à Companhia Agrícola de Campos receber a garantia de juro de 7% sobre o capital de 600:000\$000 aplicados em um engenho central na freguesia de São João Baptista no município de São João da Barra e à Sociedade Engenho Central de Quissamã, estabelecida em Macahé em 1877, sobre o capital de mil contos de réis. Outros engenhos centrais se seguiram: Limão, Figueira, Conceição, Queimado e Cupim.

²² Um dado relevante é ter sido a primeira cidade da América do Sul a possuir iluminação elétrica (1883).

²³ Assim como na cidade do Rio de Janeiro, Campos acolheu ciganos no século XVIII. Tal afirmação decorre da informação que encontramos referente a Francisca Maria Bellas e José Maria Bellas "de posse há mais de 60 anos na paragem chamada Becco dos Ciganos na vila de São Salvador em 1791" (Registro de Terras da freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes - APERJ).